

Ana Maria Tavares Ferreira Martins\*

*Escuela Técnica Superior de Arquitectura (Universidad de Sevilla)*

## *Espaço monástico: da Cidade de Deus à Cidade do Homem*

### Resumo

Poderá um Mosteiro ser entendido como uma micro-cidade, uma cidade de Deus? Quais os seus desenvolvimentos e consequências quando inseridos num contexto e num tecido urbano assumindo características de uma cidade dentro de uma cidade? Quais os ideais que o suportam e quais as realidades materiais que assume?

### Abstract

Can a Monastery be understood as a micro-city, a city of God? Which are the developments and consequences when introduced into an urban context and an urban fabric such that it takes on characteristics of a city within a city? Which are its underlying ideals and which are the material realities that it assumes?

*Antes de começar o tema proposto, não posso deixar de introduzir algumas palavras dedicadas a Frei Geraldo, Amigo, Mestre e Guia a quem agradeço a Amizade e a Honra de poder contribuir com este “pequenino grão de areia” que integra esta obra dedicada ao Ser Humano mais gentil, generoso e amigo do seu amigo que conheço; possuidor de um extenso curriculum, investigação, feitos intermináveis e sobretudo de uma Vida Plena.*

*Era o princípio do novo milénio e encontrava-me eu, arquitecta, a invadir o campo do historiador devido à investigação que me encontrava a fazer com vista a uma tese de doutoramento. No momento em que me começava a sentir “um estranho numa terra estranha” eis que surge Frei Geraldo num congresso no coração das Beiras. A partir deste momento a sua ajuda, na minha investigação, foi inestimável. Não só foi capaz de me elucidar sobre inúmeras dúvidas que a*

---

\*Bolsreira de Doutoramento / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ameaçavam como também me emprestou livros, verdadeiras preciosidades, da sua própria biblioteca a quem, naquela altura, era uma perfeita estranha. E de repente a “terra estranha” começou a ser cada vez mais familiar...

A Frei Geraldo devo o incentivo e a motivação necessárias para avançar com o árduo e longo trabalho de investigação, que apesar de tudo se centra sobre Cister, ou seja, devo ao “Monge Negro” e Amigo a possibilidade de existir uma tese, agora em conclusão, sobre os “Monges Brancos”.

A Frei Geraldo um sincero, amigo, sentido e penhorado Muito Obrigada.

A Cidade em termos arquitectónicos pode ser interpretada como uma coexistência. É constituída por inúmeras relações complexas entre aquilo que a compõe tanto material como imaterialmente, sendo umas vezes de submissão, outras de reacção<sup>1</sup>. A cidade é possuidora de uma estrita relação com a sociedade que a habita seja ela uma cidade no verdadeiro sentido do termo seja ela uma microcidade como é o caso do mosteiro<sup>2</sup> (este último pode ser também potenciador e gerador de cidade), mas a cidade também pode ser um ideal. Não foi por acaso que Santo Agostinho<sup>3</sup> atribuiu a uma das suas obras o título “A cidade de Deus”, concebendo para a humanidade uma ordem ideal obtida sob a forma de uma cidade governada e legislada por Deus – a Cidade de Deus. Em Santo Agostinho encontra-se a ideia de salvação com conotações urbanas, uma dicotomia entre a Babilónia terrestre e a Jerusalém celeste<sup>4</sup>.

O monaquismo procura dar resposta a algumas das mais profundas aspirações da alma humana: a busca da perfeição e o desejo da contemplação.

Para tal ser possível, é necessária a *fuga mundi ou contemptus mundi* para buscar uma união do espírito com Deus e o espaço propício é o mosteiro onde se vive em comunidade, tal como é referido nos Actos dos Apóstolos: “Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum” (Act 2; 45).

---

<sup>1</sup> Ver ANSAY, Pierre - *Penser la Ville*. Éditions AAM, Bruxelles, 1989; MARTINS, Ana Maria Tavares F - *The Monastery as the City of God: Ideals and Reality*. Stª Maria de Alcoçaba, a portuguese case in “THE PLANNED CITY?”, Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa, vol. III; Union Grafica Corcelli Editrice, Bari 2003. pp. 760-761.

<sup>2</sup> Ver TAVARES MARTINS, Ana Maria - *Do Ideal no espaço monástico: Utopia e realidade. O caso cisterciense* in “Utopolis journal – utopian studies”, nº 2, Utopia Research Publisher, Madrid (no prelo); EATON, Ruth - *Ideal Cities*, Thames & Hudson, London, 2002.

<sup>3</sup> Ver MATTOSO, José - *Introdução à História Urbana Portuguesa. A Cidade e o Poder* in “Cidades e História”, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas-Artes, Lisboa, 1987; MATTOSO, José - *A Cidade Medieval na Perspectiva da História das Mentalidades* in “Cidades e História”, Fundação Calouste Gulbenkian, Serviço de Belas-Artes, Lisboa, 1987; SAINT AUGUSTIN - *La Cité de Dieu*, vol. 3, col. Points Sagesses, n. 77, Éditions du Seuil, Paris, 1994.

<sup>4</sup> A cidade é a evocação de um mundo estruturado, racional, mas também é possuidora de uma ordem consciente, planeada, assim como de uma organização convergente para um fim, neste caso a salvação, que se opõe a uma natureza desgovernada, lugar de contradições.

No caso dos cistercienses, a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas à alma, procurando também atingir o Paraíso perdido. Fraternidade, pobreza, simplicidade, silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense. Os monges cistercienses de seu nada possuíam ou pelo menos assim era na sua gênese. “O sustento dos monges da nossa Ordem deve provir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras, da criação de animais (...)”<sup>5</sup>.

Foi a vontade de alterar a situação pré-estabelecida que fez com que os Cistercienses procurassem um regresso às origens da Regra de S. Bento, isenta das interpretações e desvios dos séculos transcorridos, e assim aos Padres do Deserto tal como estes no seu tempo buscaram a *fuga mundi* e estabeleceram os princípios do monaquismo, vivendo para atingir Deus e sonhando com um mundo melhor, com o Paraíso<sup>6</sup>. Esse Paraíso celeste encontrará várias aproximações terrestres que ganham forma nos mosteiros, o Paraíso na Terra e Cidade de Deus. Segundo Braunfels, todo o bom mosteiro ambiciona ser uma representação da *Civitas Dei*<sup>7</sup>.

O espaço monástico é assim o reflexo de um ideal, de uma visão do mundo, de um sistema de valores que tudo organiza e modela. Razões de ordem espiritual e material exercem um papel decisivo na escolha dos locais de edificação de cada mosteiro da Ordem de Cister. Frequentemente os cistercienses implantaram os seus mosteiros em vales, sendo para isso necessário proceder a profundas transformações no território de modo a torná-los férteis e habitáveis<sup>8</sup>. O espaço monástico pode-se constituir como um organismo territorial apropriando-se do território, modelando-o e alterando-o conforme as suas necessidades e cujo espaço arquitectónico é edificado consoante as necessidades do espírito e do corpo. Quer na sua vertente física como na vertente ideal este é o lugar construído pelos homens e ordenado segundo a vontade de Deus.

---

<sup>5</sup> Ver *Capitula*, cap. XV in *CISTER: os Documentos Primitivos*. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 59.

<sup>6</sup> Note-se que desde os primórdios da Idade Média, quando se buscava o Paraíso Celeste e a comunhão com Deus, aspirava-se não ao regresso do Éden do Génesis (Génesis 2; 8-10), mas sim à grande cidade de Jerusalém Celeste apresentada pelo Apocalipse de S. João e símbolo urbano da salvação e da vitória das forças do bem sobre o mal (Apocalipse 21 e 22). Ver MARTINS, Ana Maria Tavares F - *El Patrimonio Monástico: Integración y desarrollo en la Ciudad Contemporánea*, in “VII Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación”, CICOP.ESPAÑA, Tenerife 2004.

<sup>7</sup> Ver BRAUNFELS, Wolfgang - *Monasteries of Western Europe – The Architecture of the Orders*; Thames & Hudson, London, 1993, introduction.

<sup>8</sup> Ver PÉREZ CANO, María Teresa - *Patrimonio y Ciudad*. Fundación Focus-Abengoa, Universidad de Sevilla, Sevilla, 1999; KINDER, Terryl N. - *LEurope Cistercienne*, Ed. Zodiaque, 1998.

<sup>9</sup> Ver Deuteronomio (32,10).



Fig. 1 - Lavabo de S<sup>ta</sup> M<sup>a</sup> de Alcobaça com vista para a entrada do refeitório (foto: AMM)

Os Cistercienses tornaram os mais desertos e inóspitos locais<sup>9</sup> em “paraísos”, criando no seu seio a cidade de Deus, utilizando para isso diversos recursos, dos quais se destaca, pela sua importância, a hidráulica cisterciense. Um mosteiro cisterciense deveria ser erigido o mais longe possível das zonas habitadas uma vez que o monge deverá viver em solidão.

Assim, basta ler a descrição da chegada a Cister (1098), “(...) depois de muitas canseiras e grandíssimas dificuldades que há que suportar por parte de quantos pretendem viver santamente em Cristo conseguiram por fim ver realizado o seu desejo e chegaram a Cister./ Era este local «o sítio de horror e vasta desolação», mas considerando aqueles soldados de Cristo que a dureza do lugar não estava em dissintonia com o rigor do seu propósito e do projecto que haviam concebido no seu espírito como se aquele lugar lhes tivesse sido preparado pela vontade divina, tomaram-no em tanta maior estima quanto mais amor tinham pelo seu propósito”<sup>10</sup>. Este facto está presente não só na legislação cisterciense primitiva<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Cit. *Exordium Cistercii*, cap. I in CISTER: os Documentos Primitivos. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, pp. 49-50.

<sup>11</sup> *Exordium Parvum, Exordium Cistercii, Carta Caritatis Prior, Summa Cartae Caritatis, Capitula, Ecclesiastica Officia, Usus Conversorum.*

como também nos versos: *Bernardus valles, colles Benedictus amabat, / Franciscus vicos, celebres Ignatius urbes*<sup>12</sup>.

Segundo Dimier estes versos teriam sido inspirados numa passagem da *Chronologia monasteriorum germaniae illustrum* do poeta alemão Gasper Brush (séc. XVI) quando este escreveu sobre o mosteiro cisterciense de Königsbrunn em Wurttemberg: *Semper enim balles sylvestribus undique cinctas / Arboribus, divus Bernardus amoenaque prata / Et fluvius; juga sed Benedictus amabat et arces / Caelo surgentes e quarum vertice late / Prospectus petitur; secessum plebia uterque*<sup>13</sup>. Pode-se comprovar a preferência dos vales, especialmente aqueles que estavam próximos dos cursos de água, nas suas escolhas. Estes locais permitiam o acesso à água, bem precioso para a subsistência, assim como o isolamento do bulício da vida urbana. Mas também era nos vales que se encontravam as matérias-primas necessárias à construção e terras para cultivo. Porém ver-se-á que nem sempre a

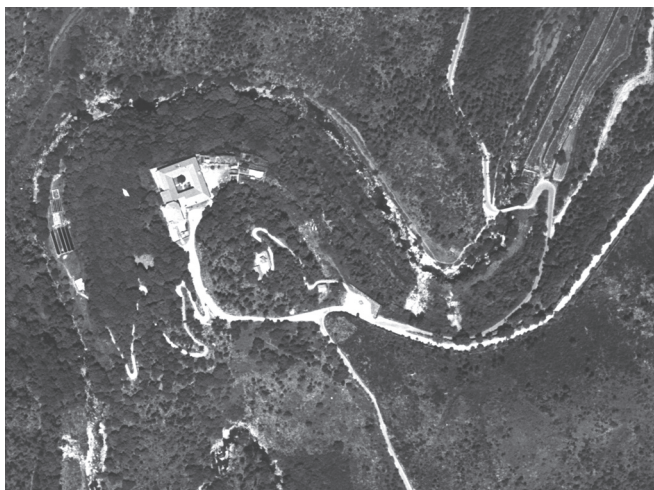


Fig. 2 - Mosteiro de S. Cristovão de Lafões. Implantação no topo de um monte circundado pelo rio varoso como se de uma península se tratasse (foto: I geoE)

<sup>12</sup> Tradução livre: *Bernardo amava os vales, Bento as colinas, Francisco as vilas, Inácio as grandes cidades*. Ver DIMIER, Pe. Anselme - *Stones laid before the Lord*, CSS 152. Cistercian Publications, Michigan, 1999, p. 51., Ver DIAS, Geraldo Coelho - *Monaquismo, Arte e Arquitectura – o caso do Mosteiro de Alpendurada* in “Religião e Simbólica”, Granito Editores, Porto, 2001, p. 206; KINDER, Terryl N. - *L’Europe Cistercienne*, Ed. Zodiaque, 1998.

<sup>13</sup> Tradução livre: *S. Bernardo sempre gostara de vales completamente rodeados por florestas, pradarias e rios, enquanto Bento preferia colinas e alturas que atingissem os céus até onde se pudesse ver; mas ambos procuravam locais recatados*. Ver DIMIER, Pe. Anselme, *op. cit.*, pp. 51-52.

escolha foi esta veja-se o caso de S. Cristóvão de Lafões. O trabalho dos monges cistercienses juntamente com a sábia administração das terras e conhecimentos excepcionais sobre hidráulica transformaram os solos difíceis, mas bons, em bosques florescentes ou em terras de cultivo por excelência.

Um mosteiro com as características e perfeição como as que estão patentes no plano de Saint-Gall nunca poderia ser construído na íntegra<sup>14</sup> pois é reflexo de uma cidade ideal que se aproxima cada vez mais da cidade de Deus. S. Bernardo referirá, a cidade ideal, este Paraíso na sua Epístola 64<sup>15</sup> ao referir-se à Abadia de Claraval desejando que esta fosse para os monges a possível *Jerusalém Celeste* na terra.

Um mosteiro cisterciense deveria ser encarado como uma cidade ideal e dotado de todos os elementos necessários à subsistência como refere a Regra de S. Bento: “Se possível for, deve o mosteiro ser construído de forma a ter de portas a dentro tudo o necessário, a saber: água, moinho, horta, oficinas onde se exerçam os diversos ofícios, para que os monges não tenham necessidade de andar lá por fora, o que não é nada conveniente para as suas almas”<sup>16</sup>, para além do facto que: “Nenhum mosteiro poderá ser erigido em cidade, burgo ou aldeia. / Não se pode enviar um novo abade para fazer uma nova fundação sem pelo menos doze monges, sem que entre os livros haja um saltério, um himnário, um coletário, um antifonário, um gradual, uma Regra, um missal, nem antes de naquele local terem sido levantados os edifícios do oratório, do refeitório, da casa para hóspedes e para o porteiro; isto para que imediatamente possam servir a Deus e levar uma vida regular. / Fora dos muros do mosteiro não se construa qualquer edifício destinado a habitação, que não seja o dos animais. / Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja num pequeno traço”<sup>17</sup>. Para além de toda a sua carga simbólica o mosteiro é um local funcional onde tudo tem a sua justificação e se insere no seu lugar pois o mosteiro é um local de habitação dos

<sup>14</sup> Ver ROSENAU, Helen - *La Ciudad Ideal*. Alianza Editorial, Madrid, 1999, pp. 37-53.

<sup>15</sup> “Et si vultis scire, Claravallis est. Ipsa est Ierusalem, ei quae in caelis est, tota mentis devotione, et conversationis imitatione, et cognitione quadam spiritus sociata. Haec requies illius, sicut ipse promittit, in saeculum saeculi: elegit eam in habitationem sibi, quod apud eam sit, etsi nondum Visio, certe exspectatio verae pacis, illius utique de qua dicitur: *Pax Dei, quae exsuperat omnem sensum*.” in S. BERNARDO - *Epístola 64* in “Obras Completas de San Bernardo”, vol. VII, B.A.C., Madrid, 2003, pp. 246-247, ver DIAS, Geraldo Coelho, *op. cit.*, pp. 206-207.

<sup>16</sup> Ver *Capítulo LXVI* in *Regra do Patriarca S. Bento*, traduzido e anotado do latim pelos Monges de Singeverga, Edições “Ora & Labora”, Mosteiro de Singeverga, 1992, p. 132.

<sup>17</sup> Ver *Capítulo*, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 57.



Fig. 3 - Claustro do Mosteiro de São Bento de Cástrios (foto: AMM)

Homens mas também de Deus<sup>18</sup>. O claustro segundo Bernardo de Claraval era o *Paradisum Claustralis* sendo a vida no claustro cisterciense não só um ideal de vida mas também uma imagem e uma antecipação do paraíso.

Para os Cistercienses a simplicidade das linhas, a pureza das formas, a luminosidade e o seu claro-escuro bastam-se por si só. A arquitectura e a arte cistercienses não têm como finalidade o deleite pois nada deverá desviar a atenção de Deus. Desde o plano das abadias à simplicidade dos materiais escolhidos tudo se conjuga para elevar a procura de Deus e busca da santidade. Para os defensores da via ascética e da pobreza, apenas através da libertação dos bens materiais e da dádiva pode o Homem encontrar o amor espiritual e Deus e para S. Bernardo nada devia distrair o olhar e o espírito da ideia de Deus: “De resto, nos claustros, diante dos irmãos a fazer leituras, que faz aquela ridícula monstruosidade, aquela disforme beleza e bela disformidade? Para que estão lá aqueles imundos macacos? Para quê os leões ferozes? Para quê os centauros monstruosos? Para quê os semi-homens? Para quê os tigres às manchas? Para quê os soldados a combater? Para quê os caçadores a tocar trombeta? Vês uma cabeça com muitos corpos e um

---

<sup>18</sup> Ver DIAS, Geraldo Coelho - *Do Mosteiro Beneditino Ideal ao Mosteiro de S. Bento da Vitória. História, espaços e quotidiano dos monges* in “O Mosteiro de S. Bento da Vitória. 400 anos”, Edições Afrontamento, Porto, 1997, pp. 13-37.

corpo com muitas cabeças. Daqui vê-se um quadrúpede com cauda de serpente, dali um peixe com cabeça de quadrúpede. Ali uma besta tem frente de cavalo e de cabra a parte de trás; acolá um animal cornudo tem traseiro de cavalo. Tão grande e tão admirável aparece por toda a parte a variedade das formas que mais apetece ler nos mármore que nos códices, gastar todo o dia a admirar estas coisas que a meditar na lei de Deus. Meu Deus! Se a gente não se envergonha destas frivolidades, porque não tem pejo das despesas?”<sup>19</sup> S. Bernardo condenava a ornamentação e a beleza sumptuosa não porque fora insensível aos seus encantos, antes pelo contrário, precisamente por ser capaz de os sentir de modo a aperceber-se que estes constituíam uma sedução invencível, logo um perigo irreconciliável com as exigências do sagrado<sup>20</sup>.

A crítica exercida por S. Bernardo na *Apologia ao abade Guilherme* (1125) constitui essencialmente o texto elementar no qual estão patentes os seus ideais, o novo modo de encarar a arte e a arquitectura já se pressentia na *Apologia* que não se constitui como um compêndio de arte e estética, mas como um tratado de espiritualidade monástica<sup>21</sup>. Este tratado é porém resultante de uma controvérsia entre Cistercienses e Cluniacenses sobre a interpretação da regra de S. Bento e traduz-se na resposta de Bernardo, Abade de Claraval a Guilherme, Abade de S. Teodorico. Como refere Surchamp, duas interpretações da mesma regra, ambas abençoadas pela Providência, não podiam deixar de se afrontar mais tarde ou mais cedo<sup>22</sup>. Na *Apologia* encontra-se a dissertação teórica das diferenças entre as duas observâncias da Regra Beneditina que deste modo opunham “beneditinos cluniacenses” a “beneditinos cistercienses”, monges negros a monges brancos. Através da crítica ao luxo e aos excessos de ornamentação (*superfluitas*), às

---

<sup>19</sup> Cit. *Apologia*, cap. XII in DIAS, Geraldo Coelho (apresentação, tradução e notas) - “Bernardo de Claraval. *Apologia para Guilherme, Abade*”, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, pp. 66–67 versão original: “*Ceterum in claustris, coram legentibus fratribus, quid facit illa ridicula monstruositas, mira quaedam deformis formositas ac formosa deformitas? Quid ibi immundae simiae? Quid feri leones? Quid monstruosa centauri? Quid semihomines? Quid maculosae tigrides? Quid milites pugnantes? Quid venatores tubicinantes? Videas sub uno capite multa corpora et rursus in uno corpore capita multa. Cernitur hinc in quadrupede cauda serpentis, illinc in pisce caput quadrupedis. Ibi bestia praeferat equum, capram trahens retro dimidiam; hic cornutum animal equum gestat posterius. Tam multa denique, tamque mira diversarum formarum apparet ubique varietas, ut magis legere libeat in marmoribus, quam in codicibus, totumque diem occupare singulari ista mirando, quam in lege Dei meditando. Proh Deo! si non pudet ineptiarum, cur vel non piget expensarum?” / Cfr. *Cistercians and Cluniacs. St. Bernard's apology to abbot William* - Michael Casey osco (trad.), Cistercian Publications, Michigan, 1970, p. 66.*

<sup>20</sup> Ver PANOFSKY, Erwin - *O significado nas artes visuais*. Editorial Presença, Lisboa, 1989, p. 92.

<sup>21</sup> Ver DIAS, Geraldo Coelho - *Espiritualidade, comida e arte na polémica dos Monges da Idade Média* in “Bernardo de Claraval. *Apologia para Guilherme, Abade*”, Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1997, p. 16.



deformações e distorções fantásticas da arte românica (*curiositas*), aos excessos das proporções (*supervacuitas*), S. Bernardo abre caminho para uma estética da moderação (*moderatio*) ornamental onde a necessidade (*necessitas*) e a utilidade (*utilitas*) constituem os novos critérios estéticos<sup>23</sup>. Bernardo de Claraval uniu a experiência estética e a religiosa. A partir de 1150 começa-se a falar de uma construção e disposição dos diferentes espaços arquitectónicos *de more nostro* tendo por base o chamado “Plano Bernardino” (apesar de S. Bernardo nada ter escrito sobre este assunto) referem os documentos primitivos da Ordem de Cister: “Com o objectivo de perpetuar entre as abadias uma unidade indissolúvel, estabeleceu-se como norma suprema que a Regra de S. Bento será interpretada de uma única maneira e que ninguém se afaste daí, mesmo que seja um pequeno traço”<sup>24</sup>. Assim, a Regra de São Bento dotou o mosteiro de um programa que por sua vez gerou a planimetria da sua arquitectura. O plano das igrejas foi apelidado, por alguns autores, de Plano Bernardino de modo a traduzir as ideias de S. Bernardo. Planta de cruz latina, profundo sentido de ortogonalidade e alinhamentos baseados num módulo quadrangular apresentou Honnecourt no seu caderno (1230) onde desenhou um plano tipo de igreja<sup>25</sup> com o título “esta é uma igreja feita de quadrados para a Ordem Cisterciense”<sup>26</sup> no qual não representa a espessura das paredes apontando para a existência de um plano ideal.

A Igreja constitui-se como o mais importante elemento na implantação do Mosteiro Cisterciense. No entanto o Claustro, a nível formal, era o epicentro do espaço monástico, três dos seus lados correspondem às funções essenciais: *spiritus* a norte (igreja), *anima* a este (sacristia, sala do capítulo, salas de trabalho intelectual), *corpus* a sul (cozinha, calefactório, refeitório, latrinas) e o quarto lado do claustro, a oeste, é aberto aos Conversos (celeiro, dormitório, refeitório, latrinas). Note-se a diferença de significados e oposição entre o lado do *spiritus* e o lado do *corpus* surgindo a dicotomia terra-céu e matéria-espírito. Segundo Duby: “À unidade genética, que é a da ordem, deve a arte cisterciense a sua própria unidade, que marca com um ar familiar as suas arquitecturas,(...). No entanto, os mosteiros não são cópias e a construção cisterciense não é monótona. Cada edifício ajusta-se à mesma «forma» exemplar. Mas é deixado espaço para alguma singularidade”<sup>27</sup>.

---

<sup>22</sup> Ver SURCHAMP, Dom Angelico - *L'esprit de l'art cistercien*, in “L'Art Cistercien – France”, Ed. Zodiaque, 1982, p. 16.

<sup>23</sup> Ver VITI, Goffredo (dir.) - *Architettura Cistercense*. Edizioni Casamari, Firenze, 1995, p. 31.

<sup>24</sup> Ver *Capitula*, cap. IX in *CISTER: os Documentos Primitivos*. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 57.

<sup>25</sup> Ver Villard de Honnecourt – *Caderno (siglo XIII)*. Ed. Akal, 2001, lám.28.

<sup>26</sup> Ver FERGUSSON, Peter. *Architecture of Solitude*. Princeton University Press, 1984, p. 78.

<sup>27</sup> Ver DUBY, Georges - *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. Edições ASA, 1997, pp. 108-109.

Mesmo quando as condicionantes do terreno o não permitiam como, é o caso de Alcobaça, os cistercienses adaptavam o plano, tendo sido neste caso feita uma rotação na planimetria.



Fig. 4 - Mosteiro de S. João de Tarouca; exterior do transepto da Igreja visto através do que resta de uma cela dos imponentes dormitórios (foto: AMM)

S. Bernardo foi de facto construtor de matéria ao impulsionar a construção das arquitecturas de Cister das quais muitas subsistem ainda hoje constituindo exemplares vivos ou simples marcas impregnadas do ideal cisterciense, mas também foi construtor de almas pois despoletou o florescimento de Cister enquanto um corpo que se traduz na Ordem, assim como dos cistercienses enquanto elementos desse mesmo corpo, e por conseguinte seus construtores.

A Ordem de Cister é introduzida em Portugal, no séc. XII, num momento em que a Ordem ainda se encontrava na primeira fase de expansão e Portugal começava a desenvolver-se enquanto nação<sup>28</sup>. É tradicionalmente apontado como primeiro o Mosteiro de S. João de Tarouca (1143-1144) segundo Cocheril<sup>29</sup> e último N. Sr<sup>a</sup> de Tabosa (1692). As fundações e filiações portuguesas estiveram ligadas desde os primórdios da Nação a objectivos de ocupação ou administração do ter-

---

<sup>28</sup> Ver MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Colecção Estudos, nº 24, Edições Colibri, Lisboa, Junho 1998.

<sup>29</sup> Ver COCHERIL, Maur - *Les Abbayes Cisterciennes Portugaises dans la seconde moitié du XX siècle*. Arquivo do Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris 1976. Apesar de disputar a primazia com o Mosteiro de Lafões, ver MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *op. cit.*

ritório. Este facto permite compreender a vasta escala de ocupação do território, a extensão dos seus domínios e áreas de influência. Em 1567 se dá a desvinculação dos Cistercienses portugueses da obediência de Claraval com a criação da Congregação Autónoma de Alcobaça. Com o decorrer do tempo também os ideais e a realidade se vão alterando, mas o espaço permanece, sendo apropriado de modo distinto ou mesmo semelhante. Consideremos o que nos é mais próximo, o caso Português, com principal incidência na transformação destas Cidades de Deus, os



Fig. 5 - Mosteiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Bouro. Sobre a Sagrada Família pode ler-se *MATER CISTERCIENTIVM ORA PRONOBIS* (foto: AMM)

Mosteiros, em partes integrantes das cidades do Homem após extinção das ordens por decreto<sup>30</sup> de 28 de Maio de 1834, sofrendo inúmeras transformações algumas delas violentas, desumanas e imperdoáveis no âmbito do património cisterciense português. Porém, há também exemplos de que nos podemos orgulhar e “esforços sofridos” para tentar repor no seu melhor alguns dos mais admiráveis exemplares desta Arquitectura que para sempre estará ligada a uma espiritualidade.

A maior parte dos mosteiros cistercienses portugueses são consagrados à Mãe de Deus: “Fica estabelecido que os nossos mosteiros devem ser fundados em honra da Rainha do Céu e da Terra”<sup>31</sup> logo, a sua denominação inicia-se geralmente com o nome “Santa Maria” seguindo-se o nome do local onde se implanta o

<sup>30</sup> Decreto assinado pelo então Ministro da Justiça Joaquim António de Aguiar (às monjas era permitido permanecer mas não aceitar noviças). A última monja cisterciense foi Madre Carolina Augusta de Castro e Silva que morreu em 1909 com 93 anos de idade e com ela desapareceu a Ordem de Cister em Portugal.

<sup>31</sup> Cit. *Capitula*, cap. IX in “CISTER: os Documentos Primitivos”. Tradução, Introduções e Comentários de Aires A. Nascimento, Edições Colibri, Lisboa, 1999, p. 57.

mosteiro<sup>32</sup> ou então iniciando-se com o nome “Nossa Senhora”<sup>33</sup>. Os mosteiros cuja denominação não se inicia por Santa Maria estão geralmente associados aos nomes dos ermitérios ou comunidades pré-existentes que aderiram posteriormente à Ordem de Cister mas que conservaram a sua denominação<sup>34</sup>.

No século XX iniciam-se as Campanhas de restauro, reconstrução, renovação, reabilitação levadas a cabo pela DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (e que são levadas a cabo intensamente nas últimas sete décadas), pelo IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico (salientando o caso dos Mosteiros de Arouca, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Salzedas, S. João de Tarouca, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Aguiar, Lorrvão e Alcobaça) e por particulares estendendo-se até este século. Em Portugal está-se a desenvolver um programa integrado de recuperação e reabilitação do património monástico, que abrange parte do património cisterciense<sup>35</sup>. Deve-se ter em atenção que o legado cisterciense em Portugal é composto por mosteiros femininos<sup>36</sup> e masculinos, granjas e colégios mas também pelo património



Fig. 6 - Mosteiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> das Júnias (foto: AMM)

---

<sup>32</sup> St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Alcobaça, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> do Bouro, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Ermelo, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Fiães, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> das Júnias, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Salzedas, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Aguiar, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Maceira Dão, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Seiça, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Celas, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Almoester, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Cós.

<sup>33</sup> N. Sr<sup>a</sup> do Desterro, N. Sr<sup>a</sup> da Conceição de Portalegre (Mosteiro de S. Bernardo), N. Sr<sup>a</sup> da Nazaré do Mocambo (Convento das Bernardas, em Lisboa), N. Sr<sup>a</sup> da Nazaré de Setúbal, N. Sr<sup>a</sup> da Assunção de Tabosa, N. Sr<sup>a</sup> da Piedade de Tavira.

<sup>34</sup> Como é o caso de São João de Tarouca, São Mamede de Lorrvão, São Pedro e São Paulo de Arouca, São Cristóvão de Lafões, S. Tiago de Sever, São Paulo de Frades, S. Pedro das Águas, S. Salvador das Bouças, S. Bento de Cástris, S. Bento de Xabregas.

<sup>35</sup> Ver AA.VV.: *Património – Balanço e Perspectivas* (2000-2006). IPPAR, MC, 2000.

<sup>36</sup> Ao séc. XIII corresponderam as implantações femininas, nas quais tiveram um papel preponderante as três netas de D. Afonso Henriques: Teresa, Mafalda e Sancha. São de assinalar mosteiros como: o de

móvel que o integrava. Destaca-se o Mosteiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Alcobaça (percursor do gótico em Portugal e último fundado em vida de S. Bernardo). Como refere Paulo Pereira:“(...) quando o Gótico chega a Portugal chega por via cisterciense. Despojado e frio, claro e plano, luminoso e ‘branco’. Resta saber, aliás se a própria arquitectura portuguesa, de outros séculos vindouros não deve muito ou quase tudo a esta estética cisterciense que teimosamente perdurou”<sup>37</sup>. A escolha dos locais onde se iriam implantar os mosteiros cistercienses teve, em Portugal, sobretudo durante o período inicial, a mesma preocupação que esteve subjacente, a tantas outras implantações cistercienses. No entanto muitos não foram fundados mas filiados pelo que tiveram de se apropriar de construções pré-existentes<sup>38</sup>. Destaca-se, inserido no Parque Nacional Peneda Gerês, o pequeno mosteiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> das Júnias (séc. XIII) que apesar de muito arruinado e sem qualquer actividade continua a ser alvo de visitas (amantes da natureza e apaixonados pelo património arquitectónico). O acesso é difícil acedendo-se apenas a pé por um caminho escarpado, enquadrando-se em absoluto no ideal cisterciense comungando com a natureza, longe de tudo e de todos, numa situação de montanha mas ao mesmo tempo de vale no fundo do qual corre um ribeiro. Todos os anos a 15 de Agosto (Assunção de Nossa Senhora) é devolvido à vida, quando a população da aldeia de Pitões das Júnias se junta em procissão e há uma celebração litúrgica na Igreja do mosteiro. Esporadicamente os naturais da vizinha aldeia de Pitões das Júnias, emigrados noutros países, regressam a Portugal para na igreja do mosteiro se unirem em matrimónio.

O mosteiro de S. João de Tarouca insere-se na região das Beiras berço do qual irradiarão muitos outros mosteiros desta Ordem. Deste mosteiro subsiste a Igreja que continua em actividade podendo ser visitada e da qual se evidencia a sacristia, destacam-se também os monumentais dormitórios já dos séculos XVI e XVII, infelizmente em ruína, e os vestígios do elaborado sistema hidráulico. Estão-se a fazer escavações arqueológicas que começaram a por a descoberto o claustro original do séc. XII, assim como os vestígios da Sala do Capítulo, cozinha e latrinas.

---

Lorvão fundado por D. Teresa (entre 1200 e 1206), Celas (1214) fundado por D. Sancha e Arouca (1223) filiado por D. Mafalda. Depressa a Ordem de Cister se tornou na Ordem de eleição por parte das mulheres de sangue real e da alta nobreza. Também são desta época a fundação do mosteiro feminino de Almoester (1287) e a filiação do também mosteiro feminino S. Bento de Cástris (1275) localizado nos arredores de Évora, nunca chegou a ser absorvido pela expansão da cidade e, é um exemplo de mosteiro de planície tal como o de Almoester. Ver BORGES, Nelson Correia - *Arte monástica em Lorvão*, vol. 1, col. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da ciência e da Tecnologia, 2002.

<sup>37</sup> Ver PEREIRA, Paulo - *2000 anos de arte em Portugal*. Temas e Debates, Lisboa, 1999, p. 155.

<sup>38</sup> Ver KINDER, Terryl N., *op.cit* / LEKAI, Louis - *Los Cistercienses – ideales y realidad*, Editorial Herder, Barcelona, 1987.

Os Mosteiros de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Salzedas e S. Pedro das Águias, também inseridos na região das Beiras, em muito potenciaram a acção cisterciense no País; proporcionaram o desenvolvimento da cultura da vinha e o fomento do comércio de vinhos. Ambos são exemplos de transferência de sítios, prática que por vezes sucedia com os mosteiros cistercienses. A St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Salzedas corresponde uma primeira implantação a noroeste, da qual se encontram vestígios arqueológicos significativos da Abadia Velha de Salzedas, em terrenos de um particular (Qt<sup>a</sup> da Abadia Velha). Quanto a S. Pedro das Águias (o novo) procura ser um hotel rural, após obras de reabilitação arquitectónica, associado a uma produtora de vinho do Porto (Qt<sup>a</sup> do Convento), que foi antecedido pelo Mosteiro de S. Pedro das Águias (o velho) do qual subsiste a Igreja<sup>39</sup>, alvo de obras de restauro e reconstrução pela DGEMN no início do séc. XX, segundo as teorias em voga nessa época. É curioso se pensarmos que as vinhas cultivadas pelos monges cistercienses ainda subsistem e fazem parte do Património mundial que é hoje o “Alto Douro Vinhateiro”. Na realidade muitas dessas terras e granjas ainda permanecem ligadas à produção do vinho constituindo mesmo o núcleo de algumas das quintas de produção de vinho da região duriense tais como a Qt<sup>a</sup> do Granjão e a Qt<sup>a</sup> do Monsul. Também as vinhas das terras do mosteiro de Salzedas permanecem como fonte de receita permitindo produzir o vinho e o espumante das Caves Murganheira (inseridas na Qt<sup>a</sup> da Abadia Velha). A viticultura de origem cisterciense que subsiste também pode ser encontrada em St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo. Neste mosteiro do séc. XII encontra-se a exploração hoteleira por parte de particulares coexistindo a habitação própria com o turismo de habitação, no edifício que correspondia à hospedaria do mosteiro, a Igreja encontra-se afectada ao IPPAR. Os terrenos em que se encontra estão ligados à produção do vinho. A restante parte do edificado do mosteiro encontra-se em ruína, também visitável, embora propriedade particular.

Um segundo pólo de implementação da Ordem de Cister em Portugal é a região de Alcobaca, desde a segunda metade do séc. XII ao início do séc. XIV, os cistercienses ergueram um vasto domínio – os “Coutos de Alcobaca”. A ele se deveu a proliferação de granjas (a Qt<sup>a</sup> de Valado dos Frades chegou a ser Escola Agrícola do Mosteiro) que tiveram um papel preponderante no cultivo e povoamento dos vastos territórios doados à Abadia e devastados pelas lutas da reconquista cristã. Mais tarde as granjas transformaram-se em vilas florescentes<sup>40</sup>.

<sup>39</sup> Nasceu de um antigo eremitério cujo mosteiro nunca chegou a ser acabado.

<sup>40</sup> NATIVIDADE, Vieira J. - *Obras várias - II*, Ed. da Comissão comemorativa promotora das cerimónias comemorativas do I aniversário da morte do Prof. J. Vieira Natividade, Alcobaca, s/d, pp. 11 e 63.



Fig. 7 - Mosteiro de N. Sr<sup>a</sup> de Nazaré do Mocambo (“Convento das Bernardas”) durante as obras de reabilitação. Podem observar-se os limites e inserção do Mosteiro na actual malha urbana de Lisboa (foto: IgeoE)



Fig. 8 - Zona habitacional do Mosteiro de N. Sr<sup>a</sup> de Nazaré do Mocambo. Note-se que também a toponímia lisboeta abarca este legado cisterciense (foto: AMM)



Fig. 9 - Igreja do Mosteiro de N. Srª de Nazaré do Mocambo, hoje sala de exposições temporárias do Museu da Marioneta e num passado recente cinema (veja-se o monograma com as letras “C” e “E” correspondente ao Cine - Esperança e o palco localizado no antigo altar da Igreja (foto: AMM)

Inseridos na mesma Região estão o Mosteiro de Stª Mª de Cós do séc. XVI (apenas subsiste a Igreja e sacristia estando os dormitórios deploráveis) e também o colégio do Espírito Santo (1541) em Coimbra.

Os mosteiros proporcionaram à cidade contemporânea, sobretudo a partir dos séculos XIX e XX, espaços expectantes ou novos campos de experimentação de vertentes tão diversas como: reabilitação, reutilização, renovação, reconversão, etc<sup>41</sup>. São novos espaços que se adaptam a novas situações, a novos usos, em suma, actualizam-se incluindo e integrando, na sua história, os valores do presente.

---

<sup>41</sup> Ver PÉREZ CANO, María Teresa y Eduardo Mosquera Adell - *Arquitectura en los Conventos de Sevilla*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Medio Ambiente, Sevilla, 1991.





Fig. 10 - Claustro do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões depois da reabilitação (foto: AMM)



Fig. 11 - Parte da reabilitação contemporânea do Mosteiro de S. Cristóvão de Lafões destinada a albergar parte dos quartos para turismo rural (foto: AMM)



Fig. 12 - Igreja de S. Cristóvão de Lafões, pormenor da fachada (foto: AMM)

Também os Municípios investiram na reabilitação das arquitecturas de Cister como é o caso da C.M. de Lisboa com o Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo – “Convento das Bernardas” localizado na Madragoa. Foi fundado (1653) sobre pré-existências, totalmente destruído durante o grande terramoto de Lisboa (1755) e reconstruído posteriormente por G. Azzolini. O recente projecto de reabilitação foi elaborado pelo grupo ARCHI III. Aqui, hoje, coexistem o



Fig. 13 - Mosteiro de Stª Mª do Bouro convertido em Pousada, vista parcial do claustro (foto: AMM)

museu da Marioneta, 34 habitações, zonas de comércio e um restaurante (antes foi villa operária e o Cine-Esperança, durante a primeira metade do séc. XX, do qual ainda se conserva o palco na cabeceira da Igreja). Também a C.M. de Coimbra se preocupou com a revitalização e reconversão paisagística da Cerca do Colégio de S. Bernardo (antigo Colégio do Espírito Santo) integrada na malha urbana da cidade, em plena Rua da Sofia. Hoje é utilizado para fins habitacionais e comerciais. A reconversão paisagística está a cargo do Arq. Mendes Ribeiro, autor do Teatro Experimental de Coimbra que se localiza também dentro da Cerca de S. Bernardo.

As reabilitações contemporâneas são por vezes executadas por particulares e instituições privadas como já se referiu. Porém S. Cristóvão de Lafões é um caso assintomático que merece destaque pois a sua História mais recente cruza-se com a História de várias gerações da Família Osswald, que por Amor ao legado cisterciense e ao Património, assumiu o árduo e monumental trabalho de fazer renascer uma ruína ao reabilitá-la durante anos, resgatando-a de final aterrador: na sua versão arruinada, correu o risco de ser vendido como pedra para construção. Pelo carinho e “alma” dados a estas “pedras”, o Mosteiro, tal como um ser humano muito enfermo, foi recuperando-se e abrindo-se a todos aqueles que desejam partilhar este espaço de memórias seculares mas que não esquece a sua contemporaneidade cercada pela mão da Arq. Margarida Osswald de um modo subtil mas com a marca dos nossos tempos. A Igreja do mosteiro constituiu-se em Paroquial. Dá vontade de lembrar o artigo 9º da Carta Europeia do Património Arquitectónico: “Cada geração tem só uma vida para se interessar por este património e é responsável de o transmitir às gerações futuras”. Outras vezes as reabilitações contemporâneas têm o apoio do Estado e estão afectas a entidades privadas como é o caso das “Pousadas de Portugal”, das quais faz parte o Mosteiro de Stª Mª do Bouro com projecto de reabilitação dos Arqt<sup>os</sup>. Souto de Moura e Humberto Vieira. Souto de Moura parte da ruína cisterciense para a Pousada assumindo fazer um edifício “novo”, contemporâneo afirmando<sup>42</sup>: “Não estou a restaurar um mosteiro. Estou a construir uma pousada com as pedras de um Mosteiro”. Existe um certo paralelismo entre algumas das utilizações, passadas e presentes, dos mosteiros cistercienses.

Outros foram adaptados a escolas ou instituições do Estado: S. Dinis de Odivelas, S. Bento de Cástris, Nossa Senhora da Nazaré de Setúbal ou o caso muito particular do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Portalegre (conhecido por S. Bernardo de Portalegre) que é a Escola Prática do Agrupamento de Ins-

---

<sup>42</sup> Ver MOURA, Eduardo Souto de - *Reconversão do mosteiro de Santa Maria do Bouro numa pousada* in “Santa Maria do Bouro”, White & Blue, lda., Lisboa, 2001, p. 44.



Fig. 14 - Mosteiro de Stª Mª de Alcobaça integrado no Centro histórico de Alcobaça (foto: IgeoE)



Fig. 15 - Ala S. Bernardo, através de uma janela contemporânea pode-se observar o passado correspondente à parte lateral sul da Igreja de Stª Mª de Alcobaça, ou seja, a dialéctica entre o presente e o passado que apontam para o futuro (foto: AMM)



Fig. 16 - Ala S. Bernardo, escada de ligação entre os dois pisos existentes com a introdução de iluminação zenital (foto: AMM)

trução da GNR de Portalegre. A sua manutenção e conservação são executadas diariamente pelos próprios soldados. Encontram-se paralelismos com a sua utilização inicial: a igreja mantém-se mas sem culto, os dormitórios são camaratas e a Sala do Capítulo é a sala de reuniões dos oficiais. No dia em que o visitei estava tudo preparado para uma reunião de preparação para o crisma dos soldados. Mesmo com uma ocupação tão diferente da cisterciense, a espiritualidade e Deus não estão muito distantes desta Sala.

Outros foram adaptados a hospitais: Mosteiro do Lorvão, Nossa Senhora do Desterro, St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Celas (ao estar ligado ao Hospital pediátrico de Coimbra). Porém o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira está a ser transformado em mais um condomínio fechado (antes foi fábrica de moagens). Também o Mosteiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Seixa teve fins industriais (fábrica de descasque de arroz que chegou a ser tão importante que tinha uma linha de caminho de ferro com apeadeiro próprio).



Fig. 17 - Igreja do Mosteiro de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Alcobaça (foto: AMM)

O Mosteiro cisterciense, de que St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Alcobaça é exemplo, nascido do cruzamento de um ideal de vida monástica, assumindo-se como uma Cidade de Deus segundo um plano de unidade e simplicidade, morada dos Homens, ma também de Deus, dá origem a uma cidade não planeada, fazendo parte integrante do seu tecido urbano e assumindo as características de uma outra realidade bem distinta daquela para a qual fora planeado. No entanto nunca deixará de causar admiração e o seu ideal continua vivo, na actualidade, pela brancura das suas pedras, pela imponência da sua configuração e pela funcionalidade dos seus espaços que subsistem ainda hoje, tendo mesmo sido adaptados à realidade actual, desempenhando outras funções mas não deixando de afirmar as suas origens quase minimais<sup>43</sup>. Não se pode deixar de referir a reabilitação da Ala Sul do mosteiro de Alcobaça , transformada em espaço cultural onde se realizam exposições temporárias - é a “Ala São Bernardo” Existe também um espaço no primeiro piso destinado ao uso paroquial. O projecto de reabilitação, de carácter minimalista, foi da autoria dos Arquitectos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos.

---

<sup>43</sup> MARTINS, Ana Maria Tavares F - *The Monastery as the City of God: Ideals and Reality. St<sup>a</sup> Maria de Alcobaça, a portuguese case* in “THE PLANNED CITY?”, Ed. Attilio Petruccioli, Michele Stella, Giuseppe Strappa, vol. III, Union Gráfica Corcelli Editrice, Bari, 2003, pp. 760-764.

Deste modo, um ideal de espaço monástico baseado num plano pode-se traduzir numa realidade material que converge para uma apropriação do espaço ideal que ganha corpo transformando-se e originando, por vezes, cidades no sentido estrito do termo, cidades do Homem. Isto é do planeado ao não planeado, do regular ao irregular e do Ideal à Realidade. O espírito de Cister e os seus ideais adivinham-se em todo e cada um dos exemplares da sua arquitectura subsistente hoje um pouco por toda a parte. “Quando os monges, durante séculos e séculos,/ impressionaram com a sua marca uma terra,/ ainda que não ficasse da moradia dos monges/ senão uma pedra que se desagrega,/ senão um grão de areia que se esbroa,/ a pedra, a areia falam dos monges./ Mesmo que a pedra e o grão de areia/ por seu turno desaparecessem,/ a terra, a velha e nobre terra,/ a terra sobre a qual os monges se debruçavam,/ o vale em que rezavam,/ as árvores que plantaram / continuariam a falar deles./ Porque, durante séculos e séculos,/ os monges impressionaram com a sua marca uma terra”<sup>44</sup>.

Assim não deverão ser esquecidas todas as conotações simbólicas, ideais e espirituais inerentes aos Mosteiros nem as transformações operadas que permitiram a dialéctica entre a pequena escala e a grande escala, isto é, da Cidade de Deus ao Mosteiro e, hoje, do Mosteiro à cidade do Homem.

Diz S. Bernardo de Claraval: “*Quid est Deus? Longitudo, latitudo, sublimitas et profundum*”<sup>45</sup> – Esta não poderia ser uma definição mais arquitectónica, profunda e abrangente de Deus.

Cabe ao século XXI fazer ressaltar o que de melhor tem este legado, preservando a sua memória como um Bem Nacional que merece ser amado, acarinhado e sobretudo preservado. Para quando Cister de volta a Portugal? Então aí seria o inverso, a cidade do Homem, ou zonas circundantes, poderiam dar lugar, de novo, a esta Cidade de Deus...

---

<sup>44</sup> Ver COCHERIL, Dom Maur - *Cister em Portugal*. Edições Panorama, Lisboa, 1965, p. 17.

<sup>45</sup> “O que é Deus? É comprimento, largura, altura e profundidade.” tal como escreve S. Bernardo no seu Tratado *De Consideratione ad Eugenium Papam* in “*Obras Completas de San Bernardo*”, vol. II, B.A.C., Madrid, 1994, pp. 226-227.

